

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CONCEITOS DE IBERISMO EM PORTUGAL

Na cultura política portuguesa, o iberismo foi de meados do século XIX ao decénio de 1880 um dos tópicos mobilizadores do debate público sobre a nação, o seu passado, presente e futuro. Entendido por muitos como ameaça ao Estado-nação, esteve no centro de toda uma reflexão acerca do percurso histórico nacional, do "carácter" do « Portugueses e dos recursos e dificuldades que Portugal enfrentou na segunda metade do século XIX. É sabido que teve escassa influência social, até mesmo no seu tempo áureo, o da Regeneração: foi difundido em Portugal sobretudo por intelectuais, jornalistas e funcionários públicos. Mas, mesmo para além desta época, continuou a ser tema incómodo. Frequentemente suscitou controvérsias públicas e foi instrumentalizado pelas mais variadas propagandas políticas.

Expressão de uma consciência hispânica que se modificou ao longo do tempo, o iberismo oitocentista tem sido considerado uma forma de nacionalismo* ⁽¹⁾ ou ainda uma aspiração supranacional⁽²⁾ (o que poderá não ser contraditório). O seu significado tem mudado muito ao longo dos dois últimos séculos, adquirindo sentidos diversos consoante os pressupostos políticos e doutrinários de quem sobre a temática se tem

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁽¹⁾ Hipólito de la Torre Gomez, *Na encruzilhada da Grande Guerra Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, 1980, p. 21. Veja-se também José Antonio Rocamora, *El nacionalismo ibérico 1792-1936*, Valladolid, 1994.

⁽²⁾ Ignacio Chato Gonzalo, *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*, vol. II, Mérida, 2004, pp. 326 e 331.

pronunciado. Em todo o caso, numa acepção geral, pode ser definido como aspiração à integração das nações peninsulares numa unidade política e económica mais vasta, ibérica, sob a forma unitária ou federal, monárquica ou republicana. Mas, para além da dimensão política, existe um iberismo cultural - o propósito de aproximação entre as tão diversas culturas ibéricas - e um iberismo que sustentou tão-só a vantagem de incentivar as relações económicas entre Portugal e Espanha. A apologia da supressão das tarifas alfandegárias nos intercâmbios comerciais entre os dois países, numa atitude livre-cambista, marcou a posição de alguns iberistas⁽³⁾. E a defesa da aliança entre os estados peninsulares andou, não raro, a par de uma posição crítica em relação à tradicional aliança luso-britânica.

Em meados do século XIX, a primeira revolução industrial transformava as paisagens do Noroeste da Europa, sulcada agora pelos novos caminhos-de-ferro e estradas que muito facilitavam os contactos entre gentes de territórios muito diversos. Também a navegação a vapor e depois o telégrafo tornavam mais fáceis os contactos entre continentes num processo de mundialização que já vinha de trás. Por outro lado, nos decénios de 1850 e 1860, os processos de unificação política da Itália e da Alemanha e o desaparecimento de diversas unidades políticas de pequena dimensão territorial pareciam trazer para a ordem do dia a viabilidade da teoria das grandes nacionalidades. A independência das colónias sul-americanas no primeiro quartel do século XIX e as dificuldades que os regimes liberais encontraram na Península Ibérica (1820-23) em sociedades que, do ponto de vista das suas estruturas económicas e sociais, ainda eram de Antigo Regime, a par da debilidade dos estados liberais aí instalados, contribuíram para a difusão de uma consciência de crise que se prolongou ao longo de Oitocentos. As propostas iberistas surgiram neste contexto, como resposta a uma situação considerada de decadência e vulnerabilidade face ao poder das grandes potências europeias da época: a Inglaterra e a França. Nestes anos surgiu pela primeira vez a expressão *União Ibérica*, ainda que com um sentido muito vago: do lado espanhol, referia-se a um pacto de ajuda mútua entre Espanha e Portugal; do lado português,

⁽³⁾M^a da Conceição Meireles Pereira, "Concertação económica peninsular e união aduaneira na imprensa portuense", *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. XIII, 1996, pp. 423-462.

os liberais radicais defenderam o regime liberal espanhol no âmbito de um internacionalismo liberal mais alargado, europeu⁽⁴⁾. Alguns fizeram a apologia da aliança entre as nações peninsulares, anunciando uma intenção que aponta no sentido de uma federação ibérica (sem todavia empregar o termo): é o caso do *Astro da Lusitânia* e do *Campeão Português em Lisboa*, de José Liberato Freire de Carvalho⁽⁵⁾.

Equívocos de um rótulo: de Oliveira Martins a António Sardinha

Os substantivos *ibérico* e *iberismo* surgiram tardiamente nos dicionários de língua portuguesa, muito depois da agitação da "questão ibérica", sobretudo desde o decénio de 1850, no espaço público nacional⁽⁶⁾. Num sentido apologético, em meados do século XIX, o nome *Ibéria* foi usado pelo republicano federalista Henriques Nogueira e pelo catalão monárquico e unitarista Sinibaldo Mas⁽⁷⁾. Para Henriques Nogueira o ideal de uma Ibéria dos povos correspondia a um iberismo moderno - por oposição ao antigo iberismo resultante dos enlances dinásticos ou

⁽⁴⁾ Irene Castells, "Los orígenes del iberismo (1815-1832)", in *Josep Fontana Historia i projecte social. Reconeixement a una trajectòria*, Barcelona, 2004, p. 1035.

⁽⁵⁾ Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, "Federalismo" [texto policopiado], *Dicionário de Iberconceitos* (no prelo). O federalismo ibérico viria a ter ampla difusão ao longo do século XIX em Portugal e Espanha. Veja-se M^a Victoria López-Cordón, *El pensamiento político-internacional del federalismo español (1868-1874)*, Barcelona, 1975, pp. 171-288. Veja-se um dos primeiros projectos de federação ibérica, o de Joaquim Maria da Silva (1854) em, *Felizes os que então viveram! Estados Unidos da Ibéria - uma ucronia federativa de Joaquim Maria da Silva* (edição, introd. e notas de Maria da Conceição Meireles Pereira), Vila Nova de Famalicão, 2006.

⁽⁶⁾ Nos dicionários da língua portuguesa, o termo *Ibérico* surge desde os finais do século XIX e *Iberismo* desde 1913. Cf. o meu estudo "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)", *Clio*, vols. 14/15, 2006, pp. 352-353 e Maria da Conceição Meireles Pereira, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)* [policop.], Porto, 1995, pp. 235-237.

⁽⁷⁾ José Félix Henriques Nogueira, "Estudos sobre a reforma em Portugal", *Obra completa* (ed. org. por António Carlos Leal da Silva), vol. 1, Lisboa, 1976 (1851), pp. 161-166 e Sinibaldo de Mas, *A Ibéria, memória em que se provam as vantagens políticas, económicas e sociais da união das duas monarquias peninsulares em uma só nação*, 2^a ed., Lisboa, 1853 (1^a ed. port., Lisboa, 1852).

da conquista. Ao invés desse iberismo anterior às revoluções liberais, o seu consumir-se-ia pelo mútuo consentimento e fundamentava-se numa teoria democrática e contratualista de nação, herdeira do espírito das Luzes. Nisto coincidia, no essencial, com a ideia de Sinibaldo Mas: a união dos estados peninsulares só podia ser voluntária, pela livre adesão dos povos, e constituiria um passo mais no sentido de uma unidade geograficamente mais ampla (europeia e de toda a humanidade). Afastava-se todavia do iberista catalão ao sustentar a forma de estado republicana, federalista e municipalista. Na verdade, embora aceitasse a ideia igualitária, Sinibaldo Mas era adepto da união ibérica por via de um enlace matrimonial das duas casas reais, no quadro de uma concepção centralizadora de estado, entendida como meio mais eficaz para alcançar a prosperidade⁽⁸⁾.

Posteriormente (1879), Pinheiro Chagas fixou pela primeira vez num dicionário o nome *Ibéria* num sentido negativo, identificando-o com uma utopia partidária "que só tem adeptos em Espanha e que desejaria que os dois povos da península hispânica se fundissem numa só nação com este nome de Ibéria"⁽⁹⁾. Pinheiro Chagas estava longe de ser rigoroso: de facto, por essa época, o iberismo ainda tinha alguns adeptos em Portugal, sobretudo simpatizantes do federalismo. A ideia destes não era, de todo em todo, a de fundir numa só as nações peninsulares. Ao invés, pretendiam precisamente a afirmação da nação portuguesa no contexto das outras nações peninsulares (Catalunha, País Basco, Galiza, Castela), como meio de resistência em relação a uma possível absorção hispânica⁽¹⁰⁾. Alguns acreditavam até que Portugal tinha a missão histórica de ser a nação hegemónica no seio da futura federação ibérica (caso de Horácio Esk Ferrari e de Teófilo Braga). Quase três décadas depois dos intensos debates da chamada questão ibérica, o nome *Ibéria*

(8) Veja-se Fernando Catroga, "Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 447-454 e Vítor Neto, *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Torres Vedras, 2005, pp. 86-93.

(9) *Dicionário popular geográfico e mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário* (dir. de M. Pinheiro Chagas), t. 5/6, Lisboa, 1879, p. 329.

(10) Amadeu Carvalho Homem, "O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses 1870-1910", in *Actas dos 3º Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 3, Cascais, 1997, pp. 213-220.

e o adjectivo *ibérico* continuavam a ser registados de um modo parcial, para fins de propaganda política.

De facto, o iberismo ou a ideia de união ibérica foram frequentemente identificados com os interesses da Espanha. Em 1879, Teófilo Braga, conhecido adepto e teorizador do federalismo republicano, explicava esse reducionismo:

"[...] existe entre nós uma frase retórica com que o jornalismo explora a atenção pública: é a *união ibérica*; esta frase significa a absorção da nacionalidade portuguesa pela Espanha, convertendo este território independente em uma província. Mas como este facto se deu uma vez sob o regimen católico-monárquico, em 1580, ninguém entre nós compreende a *união ibérica* em outras quaisquer condições, e portanto faz-se da palavra *iberismo* o sinónimo de traição à pátria, e emprega-se como meio de anulação para qualquer indivíduo"⁽ⁿ⁾.

Foi neste sentido de traição à pátria que intelectuais como Antero de Quental e Oliveira Martins foram acusados de iberistas, a propósito da sua colaboração na *Revista Ocidental* (1875)¹¹ ⁽¹²⁾ *. Esta revista, dirigida por Jaime Batalha Reis, tinha o propósito de modernização cultural, em contacto com os problemas europeus contemporâneos. Visava aproximar os escritores portugueses, espanhóis e hispano-americanos "numa nova renascença intelectual da Península"⁽¹³⁾. Embora muito próximos na sua formação intelectual e política, no que respeita à sua relação com a Espanha, Antero e Oliveira Martins são todavia dois casos diversos.

Ambos chegaram de facto a simpatizar com um republicanismo federal. Antero traçava um diagnóstico muito negativo da situação portuguesa da Regeneração, adoptando uma retórica em que abundavam as imagens de uma nação decadente e moribunda. Entusiasmado com a revolução espanhola de 1868, em nome de um ideal democrático e republicano-federalista, proclamou até que se devia renegar a nacionalidade (esta não passaria dum instrumento dos poderosos, um "obstáculo

⁽¹¹⁾Teófilo Braga, "Bibliografía. Las nacionalidades por Pi y Margall", O *Positivismo*, vol. 1, 1879, p. 305.

⁽¹²⁾A. Teixeira de Vasconcelos, "Livros e impressos", *Jornal da Noite*, n° 1266, 1-3 Março 1875.

a³) "Prospecto da *Revista Ocidental*", *Revista da Biblioteca Nacional*, 1, 1992, p. 66.

desgraçado, resto das hostilidades fatais de séculos bárbaros")⁽¹⁴⁾. A sua adesão à utopia iberista duraria largos anos: numa carta ao seu tradutor alemão (Wilhelm Storck), em 1887, diria: "era uma grande ilusão, da qual porém, só desisti [...] à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas coisas da sociedade!"⁽¹⁵⁾.

Mas seria de todo em todo incorrecto aceitar indiferenciadamente o rótulo de iberismo para qualificar o pensamento social e político destas duas figuras oitocentistas. Ao invés do que frequentemente se escreve, embora sustentando a necessidade de uma aproximação diplomática e cultural com a Espanha, Oliveira Martins sempre defendeu a autonomia política de Portugal, distanciando-se inequivocamente do unitarismo iberista. Nos últimos tempos da sua estadia em Santa Eufémia (Andaluzia) afastou-se do republicanismo, tomando-se também muito crítico em relação ao federalismo iberista que sustentara no final do decénio de 1860 e princípios dos anos 70⁽¹⁶⁾. Quanto à ideia de uma federação das nações latinas, muito acalentada pelo republicanismo nos finais do século, não passava a seu ver de um devaneio poético: as afinidades étnicas não eram suficientes para aproximar os povos.

O autor da *História da Civilização Ibérica*, cuja obra alcançaria uma repercussão considerável entre a *intelligentsia* espanhola de finais do século XIX, deixara também em Portugal marcas profundas no modo de olhar a Espanha. Lembre-se que, desde os finais do decénio de 1860, a compreensão da permanência histórica da nação portuguesa o levava a colocar em destaque as relações com o todo peninsular. Primeiro em termos de resistência e oposição ao centralismo castelhano e admitindo já a futura federação dos povos ibéricos; depois, de um modo integrado na apologia do federalismo peninsular e em oposição à ditadura de

⁽¹⁴⁾Cf. Antero de Quental, "Portugal perante a Revolução de Espanha", *Prosas socio-políticas* (ed. de Joel Serrão), Lisboa, s.d., pp. 211-242.

⁽¹⁵⁾*Idem*, Carta a W. Storck de 14-05-1887, *Cartas II* (ed. de Ana M^a A. Martins), Lisboa, 1989, p. 836.

⁽¹⁶⁾J- P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 7^a ed., vol. III, Lisboa, 1953 (1^a ed. 1881), pp. 257-259. A este respeito veja-se Carlos Maurício, *A invenção de Oliveira Martins*, Lisboa, 2005, pp. 81-92 e o meu estudo "Oliveira Martins e o federalismo oitocentista", *O federalismo europeu. História, política e utopia* (coord. de Ernesto C. Leal), Lisboa, 2001, pp. 89-105.

Saldanha e aos seus propósitos iberizantes⁽¹⁷⁾. Mas foi na *História da Civilização Ibérica* (1879) que Oliveira Martins abriu uma perspectiva nova no modo de entender a história nacional, nada comum nesse tempo em que a mentalidade historicista e as narrativas nacionalistas do passado nacional dominavam e tendiam a isolar, na sua suposta excepcionalidade, as histórias nacionais.

As profundas transformações ocorridas ao longo do século XIX, as vicissitudes das revoluções liberais em Portugal e Espanha e as novidades que a civilização industrial trouxera tornavam indispensável situar as memórias nacionais no todo peninsular para alargar em termos comparados a compreensão de experiências históricas tão próximas, quando não comuns. Os conceitos de *civilização ibérica* e de *génio peninsular* - que remetem para os traços culturais e de mentalidade comuns aos povos da península - com destaque para o "entusiasmo religioso" e o heroísmo -, não prejudicavam a tentativa de identificar as diferenças nacionais.

Oliveira Martins vivera quatro anos na Andaluzia (1870-74), conhecia bem as culturas hispânicas e estava bem consciente das afinidades entre os povos peninsulares: tradições culturais, traços de psicologia colectiva, identidade histórica de interesses. Crítico da aliança luso-britânica, sempre defendeu uma política de aproximação diplomática e cultural com a Espanha, como meio de defesa em relação às grandes potências - especialmente à Inglaterra. Mais do que isso, via nessa aliança peninsular um meio de resistência em relação ao risco de absorção de Portugal pela Espanha: "Contra a aliança espanhola apenas surge a alguns o espectro fugaz da união ibérica. Pois bem: nós afirmamos que a aliança espanhola é também o único meio de evitarmos a absorção pela Espanha, por isso mesmo que é o único meio de robustecer a nossa força nacional"⁽¹⁸⁾. E pouco antes de morrer, em resposta às críticas de Sánchez Moguel, esclarecia que admitia dois patriotismos, "o ideal

⁽¹⁷⁾J. P. de Oliveira Martins, *Febo Moniz*, Lisboa, 1867, *idem*, "Do princípio federativo e sua aplicação à Península Hispânica", *O Jornal*, Lisboa, 1960, pp. 9-42 (artigos d'O *Jornal do Comércio* datados de 1869) e *idem*, "Os povos peninsulares e a civilização moderna", *Política e história*, vol. I, Lisboa, 1957, pp. 217-246 (introdução à *Revista Ocidental*, 1875).

⁽¹⁸⁾*Jdem*, "Alianças", *Política e história* (texto datado de 1890), vol. II, pp. 259-271.

- o hispânico, e o real - o português. Porém, em nada o ideal diminui em mim a dedicação pela minha pátria.⁽¹⁹⁾

Poder-se-á pois dizer que Oliveira Martins foi iberista? Toma-se evidente que não foi um adepto da integração política dos dois estados, antes pelo contrário, sempre sustentou a autonomia política de Portugal (mesmo quando foi apologista de uma federação republicana). Aproximação cultural e aliança diplomática são sinónimos de integração política? Decerto que não. Ainda assim, continua a repetir-se, em diversos meios, que Martins foi um dos mestres do iberismo¹⁹ ⁽²⁰⁾.

Mais tarde, também António Sardinha, o teórico tradicionalista do Integralismo Lusitano, chegou a ser considerado iberista⁽²¹⁾. Mas será esse rótulo adequado, sobretudo para os anos anteriores a 1919,

⁽¹⁹⁾ Citado por F. A. de Oliveira Martins, "O iberismo de Oliveira Martins", *Febo Moniz*, 3ª ed., Lisboa, 1952, p. XLVI. Sánchez Moguel observara que os últimos livros de Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I* e *A vida de NunÁlvares*, estavam em contradição com o iberismo do seu autor. Note-se todavia que Sánchez Moguel considerava o iberismo de Martins "más teórico y especulativo que positivamente real y francamente histórico, como no deducido de investigaciones ni fundado en pruebas y testimonios fehacientes" ("Prólogo", *Reparaciones históricas*, Madrid, 1894, p. X).

⁽²⁰⁾ Por exemplo, na contra-capa de uma edição espanhola da *Historia de la civilización ibérica* (Edição fac-similada da tradução de Luciano Taxonera publicada em Madrid em 1894), 2ª ed., Málaga, 1993, afirma-se que Oliveira Martins defendia um ponto de vista unitário "pues el autor [...] es iberista, esto es, partidario de la unión de todas las nacionalidades ibéricas en un estado. Demonstrando en su estudio que las generalidades, peculiaridades y grandezas de los pueblos peninsulares se han llevado a cabo cuando han estado unidos. Es por tanto un canto - basamentado en argumentos historicos - hacia la unidad politica para la formación de un ente estatal que abarque toda la Península". Escusado será dizer que se trata de uma interpretação errada, que não respeita a autonomia e integridade da obra de Oliveira Martins. Veja-se a este respeito o nosso estudo introdutório à nova edição da *História da civilização ibérica*, a publicar brevemente (Urgoiti Editores). Outro exemplo de deformação, esta sem quaisquer escrúpulos, do pensamento de Oliveira Martins, é, "Oliveira Martins - o ideólogo do iberismo", de Carlos Fontes, no site Lusotopia, [http:// /lusotopia.no.sapo.pt/indexPiberismoOliveiraMartins.html](http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPiberismoOliveiraMartins.html).

⁽²¹⁾ Caso de Franco Nogueira, "O 'iberismo' de António Sardinha", in *António Sardinha e o iberismo*, Lisboa, 1974, pp. 16-19. Nesta mesma obra, Pequito Rebelo criticou esta qualificação de Sardinha como iberista.

ano em que se exilou em Espanha? O próprio Sardinha definiu claramente a sua posição. Num primeiro tempo afirmou-se inequivocamente anti-iberista, identificando o iberismo oitocentista com o democratismo e a maçonaria⁽²²⁾. No quadro de um ideário tradicionalista e anti-liberal, reagia então contra os propósitos iberistas de interferência da Espanha de Afonso XIII na política portuguesa, bem como contra o ressurgimento neste país dos tópicos da união ibérica e da federação peninsular⁽²³⁾. Em busca de legitimidade, a I República vivia contudo anos difíceis de instabilidade, com intensa conflituosidade social, radicalização da oposição Estado-Igreja e uma crise económica que se acentuara com a conjuntura da Grande Guerra (1914-18).

Inspirando-se sobretudo em Teófilo Braga, Sardinha procurava fundamentar em termos estreitamente deterministas a separação política de Portugal em argumentos étnicos - a suposta individualidade étnica dos portugueses - e geográficos⁽²⁴⁾. E criticava duramente Oliveira Martins - a quem chamava "o doutor entre os doutores do iberismo contemporâneo" - por alegadamente sustentar a teoria do acaso na formação de Portugal⁽²⁵⁾. Na verdade, antes até de Ernest Renan, Martins defendera uma ideia de nação-consciência ou nação moral, diferenciada da Espanha pela vontade da sua elite. Mas o que importava ao teórico do Integralismo Lusitano era justificar a autonomia de Portugal, invocando dogmaticamente a diferença de raça, de território e de psicologia colectiva: "Sem raça, nem território, que somos nós? Porque é que vivemos? Não somos mais que um imprevisto - somos apenas o erro das circunstâncias"⁽²⁶⁾. Tratava-se de contrariar a teoria do acaso,

⁽²²⁾António Sardinha, "O território e a raça", *A questão ibérica*, Lisboa, 1916, pp. 28-31.

⁽²³⁾A publicação das obras de Juan del Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica. Estudio crítico de este problema...*, Madrid, 1914 e de Vicente Gay, *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo*, Madrid, 1915, a par da difusão entre a opinião pública portuguesa da temática da amizade peninsular (ou "harmonia ibérica"), suscitava forte reacção nos meios nacionalistas portugueses, com destaque para os Integralistas Lusitanos. Veja-se Hipólito de la Torre Gómez, *Na encruzilhada da Grande Guerra*, Lisboa, 1980, pp. 167-192.

⁽²⁴⁾Veja-se a este respeito João Medina, "António Sardinha, anti-semita", *A Cidade*, Jul./Dez. 1988, pp. 45-92.

⁽²⁵⁾António Sardinha, "O território e a raça", *A questão ibérica*, p. 30.

⁽²⁶⁾ *Ibidem*.

que Sardinha erradamente atribuía a Oliveira Martins e que, de facto, fora difundida por vários iberistas espanhóis, caso de Fernandez de los Rios⁽²⁷⁾. Sardinha ia ao ponto de defender a ideia de uma homogeneidade antropológica da raça - ressaltando apenas o "estrangeiro do interior" (referia-se aos liberais, aos maçons e até a uma "revivescência étnica" de judeus e negros que a Inquisição não teria inteiramente suprimido)⁽²⁸⁾.

Todavia, a partir do exílio em Espanha (1919-21), a atitude de António Sardinha em relação a esta nação modificou-se sensivelmente⁽²⁹⁾. Mantendo a sua posição acerca do iberismo (sempre associado à maçonaria e à revolução liberal), não disfarçava agora a sua admiração pela história e pela cultura castelhanas. Sublinhava a unidade do destino histórico e o paralelismo social e político de Castela e Portugal, adoptava o conceito de hispanismo (tão frequente na cultura histórica espanhola desde os finais de Oitocentos⁽³⁰⁾), e chegava a considerar a aproximação com a Espanha como condição para que Portugal pudesse recuperar a sua influência mundial. Este conceito de hispanidade correspondia à ideia de uma nova convivência humana moldada por uma espiritualidade e mundividência cristãs de que as nações ibéricas seriam os porta-estandartes. Hispanidade constituía o paradigma ocidental da civilização: a Península Ibérica como essência da civilização cristã e fronteira⁽³¹⁾.

⁽²⁷⁾Fernandez de los Rios, *Mi Misión en Portugal*, Lisboa, s.d. (1877), pp. 136-138

⁽²⁸⁾Note-se que para Sardinha, "estrangeiros do interior" eram também os liberais, maçons e caluniadores do passado nacional (cf. *ob. cit.*, pp. 13-14).

⁽²⁹⁾Lembre-se que os contactos de Sardinha com autores espanhóis era muito anterior, remontava a 1906. Veja-se a este respeito Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e as suas relações com a Espanha* (policop.), Lisboa, 1998, pp. 94-96.

⁽³⁰⁾Esse culto da ideia hispanista desenvolveu-se com particular intensidade a partir da Guerra Hispano-Americana de 1898. O historiador Rafael Altamira foi um dos seus principais teóricos. Sobre hispanismo e hispanidade veja-se Juan Carlos Pereira Castañares, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)", *Portugal, España y América. Pasado y presente de un proyecto* (s. XIX-XX) (coord. de Hipólito de la Torre), Mérida, 1993, pp. 129-166.

⁽³¹⁾Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho, "O Integralismo Lusitano e a 'ressurreição da nação'", *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, 1996, pp. 339-346 e Paulo Archer de Carvalho, "Ao principio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de Historia das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 237-240.

Note-se contudo que ao valorizar o hispanismo, Sardenha não deixava de acentuar a ideia do dualismo político peninsular. Ou seja, embora o génio hispânico católico, tivesse, a seu ver, uma missão universal a cumprir, contando com as nações americanas, havia uma diferença fundamental entre unidade e unitarismo que era necessário preservar, pois aquela unidade alimentava-se da diversidade⁽³²⁾. Em alternativa ao iberismo (que reduzia à posição unitarista, assim esquecendo o federalismo), adoptava o conceito de peninsularismo:

"[...] se o Iberismo, como doutrina unitarista, é a cada passo desmentido pela Geografia e pela História, o Peninsularismo, na sua expressão de solidariedade afectuosa, é, exactamente, uma indicação constante da mesma Geografia e da mesma História. Assim nós vemos a todo o instante os dois países - Portugal e a Espanha, por mais desavindos que andem, regressarem pela força dos acontecimentos a um princípio de colaboração e entendimento, que antigos factores de divisão não deixam depois consumir-se em consequências duradouras ou fecundas"⁽³³⁾.

Importa considerar dois pontos significativos na teorização de António Sardenha. Em primeiro lugar uma certa redução de Espanha a Castela, quase ignorando as outras nacionalidades peninsulares - a Catalunha, o País Basco, a Galiza⁽³⁴⁾ -, ponto de vista que era aliás habitual entre os nacionalistas anti-iberistas⁽³⁵⁾. Segundo, ao cultivar a ideia de uma aliança peninsular, acabava por se situar em oposição à aliança inglesa, que continuava a dominar a atenção da política externa portuguesa.

Significativa, por outro lado, neste segundo momento da ideação do jovem integralista, é uma certa aproximação da posição do antes tão execrado Oliveira Martins: em 1924, Sardenha admitia até que o iberismo

⁽³²⁾ António Sardenha, "Madre Hispânia", *À lareira de Castela*, s. 1., 1943, p. 184.

⁽³³⁾ *Idem*, "A unidade-hispânica", *A aliança peninsular*, 3ª ed., Lisboa, 1972 (1ª ed. 1924), pp. 19-20.

⁽³⁴⁾ Veja-se também a interpretação de Manuel Loff, segundo a qual Sardenha distinguiu as múltiplas nacionalidades peninsulares, cf. "A Espanha no historicismo salazarista: de António Sardenha ao Bloco Ibérico", *La mirada del Otro* (coord. H. de la Torre e A. J. Telo), Mérida, 2001, p. 100.

⁽³⁵⁾ O iberista catalão Ignaci Ribera i Rovira notava isso mesmo: os "desconfiados Portugueses" identificavam Castela com Espanha, *La integridad de la patria. Cataluña ante el espíritu de Castilla*, Barcelona, 1907, p. 76.

de Martins coincidia afinal com o seu conceito de peninsularismo. Por isso citava Martins: "União de pensamento e de acção, independência de governo", afirmara o historiador em 1889, n'0 *País*⁽³⁶⁾.

Uma polémica esquecida

É então adequado qualificar-se de iberista o pensamento de António Sardinha? Se atribuímos ao conceito de iberismo um sentido político, decerto que não. No entanto, nos últimos anos do Estado Novo, no período marcelista, quando já era evidente a crise do regime e o seu isolamento internacional, Franco Nogueira não tinha dúvidas em aplicar-lhe essa negregada etiqueta, identificando iberismo e peninsularismo: "[...] o *peninsularismo* ou *iberismo* de António Sardinha é uma construção artificial, literária, emocional, quase se diria provinciana". E rematava a sua invectiva contra o teórico do integralismo: "No fundo, o *Portugal Maior* que ambicionava teria de se cingir à restauração de uma monarquia, subordinada ao ceptro superior de Castela, e cuja missão deveria consistir em exercer no mundo o zelo apostólico"⁽³⁷⁾.

Franco Nogueira reduzia assim o peninsularismo de Sardinha (que este bem frisara não se confundir com unitarismo político nem com união ibérica) a uma união política com a Espanha. O antigo ministro de Salazar afastara-se do governo de Marcello Caetano em 1970. Passara então a ocupar as funções de deputado na Assembleia Nacional⁽³⁸⁾, onde se tomou líder da resistência contra o reformismo marcelista. Defendia uma posição "ultramarinista" intransigente na defesa das colónias. Rejeitava qualquer abertura ao Mercado Comum e a valorização dos problemas europeus. Em consonância com esta atitude, recusava o envolvimento nacional no velho continente. Em relação à Espanha, sem pôr em causa uma diplomacia de boa vizinhança, era apologista de "uma reserva histórica"⁽³⁹⁾.

⁽³⁶⁾ J. P. de Oliveira Martins, "Iberismo", *O Jornal*, Lisboa, 1960, p. 228.

⁽³⁷⁾ Franco Nogueira, *As crises e os homens*, Lisboa, 1971, p. 390 (sublinhados do autor). Sobre Franco Nogueira veja-se Manuel de Lucena, "Nogueira, F.", *Dicionário de História de Portugal* (coord. de António Barreto e M. F. Mónica), vol. Vili, Lisboa, 1999, pp. 605-617.

⁽³⁸⁾ E de representante da Assembleia Nacional na Assembleia de Parlamentares da NATO.

⁽³⁹⁾ Franco Nogueira, *idem*, p. 545.

Lembre-se que no seu livro de 1971 defendia a teoria essencialista segundo a qual os parâmetros internacionais em que se situava e movia Portugal permaneciam os mesmos no tempo: contra os interesses portugueses, sempre se tinham afirmado "forças estrangeiras e internacionais". E em momentos de crise, o escol português sempre teria adoptado posições contrárias aos interesses nacionais. Só o povo, em seu entender, teria consciência desses interesses e os defendera sempre. Só o povo exprimia a consciência nacional e os seus "interesses permanentes" da nação. Para Franco Nogueira o povo era o grande sustentáculo da consciência ultramarina.

Compreendem-se os equívocos em que, já no decénio de 1970, caía esta teoria "popular" e anti-elitista, de justificação do império português. Convém todavia explicar as razões da sua distanciação das teses de António Sardinha, intelectual que continuava a ter grande prestígio entre largos sectores da direita que se identificava com o Estado Novo.

Em *As crises e os homens* (1971) e nas páginas do periódico *O Debate*, em 1972, Franco Nogueira chegava a considerar que os outros integralistas (Plipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Afonso Lopes Vieira, Pequito Rebelo, entre outros) se afastaram completamente de Sardinha no alegado iberismo deste último. E, em termos controversos, afirmava, acerca deste último: "Sardinha era sem dúvida um homem sério, digno, de boa fé. Mas em matéria de grande política era um ingénuo e um provinciano. A sua cultura era feita de pormenores sem significado; a sua visão parava nos Pirinéus; não sentia o Brasil nem sentia a África; estava deslumbrado perante a Madre-Espanha"⁽⁴⁰⁾.

Pequito Rebelo reagiu ao ápodo de iberista atribuído ao seu antigo correligionário: Franco Nogueira estaria a confundir iberismo com aliança peninsular, porquanto preferia a esta a aliança luso-Witânica. A seu ver, os integralistas estavam longe de ser iberistas⁽⁴¹⁾. Pelo contrário, sustentavam "a mais sólida doutrina e prática anti-iberista" e eram os mais capazes obreiros da independência nacional. Atitude iberista era a do marxismo,

^mIdem, "O 'iberismo' de António Sardinha", *António Sardinha e o iberismo*, Lisboa, 1974, p. 19.

⁽⁴¹⁾Note-se que numa carta dirigida à mulher, datada de Outubro de 1920, Sardinha vincava bem que tinha sido ele que imprimira ao Integralismo Lusitano a política da aliança espanhola "contra a oposição que me faziam lá de dentro", *apud* Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um intelectual no século*, Lisboa, 2006, pp. 233-234.

que visava destruir os valores morais que a Península Ibérica representava, abrindo lugar à união ibérica⁽⁴²⁾. Pequito Rebelo retomava assim uma acusação que o Estado Novo lançara sobre as oposições de esquerda (a republicana, a anarquista e a comunista) desde o tempo da Guerra Civil Espanhola: a de pretenderem uma união com a Espanha⁽⁴³⁾.

Outros adeptos do tradicionalismo integralista - Rodrigues Cavalheiro, Henrique Marques da Costa e Henrique Martins de Carvalho - intervieram na polémica em defesa de António Sardinha, rejeitando as considerações de Franco Nogueira. Mas não acrescentaram nada de relevante. Em contrapartida, este último foi mais longe na sua investida contra o legado de António Sardinha. Procurava dissociar a suposta atitude deste em relação à Espanha da posição anti-iberista do Integralismo Lusitano. Embevecido perante Castela e a Espanha, Sardinha concebia uma Grande Hispânia com governo central em Madrid. Acusava-o de provincianismo e de ter adoptado uma "Visão estreita" do lugar de Portugal no mundo, que ignorava o Brasil e a África, longe de uma "visão global de sentido político em escala mundial". Chegava até a insinuar que a atitude do mestre do Integralismo conduziria Portugal à perda da independência⁽⁴⁴⁾. Impossível era ir mais longe na condenação política de um Autor que tinha desaparecido há quase meio século.

Franco Nogueira reduzia o iberismo a um "fenómeno patológico" que ressurgia ciclicamente em épocas de declínio. Interessava-lhe combatê-lo pelas implicações de política internacional que tinha. Na verdade, as teses de Sardinha tinham encontrado uma recepção muito significativa

⁽⁴²⁾Pequito Rebelo, "As crises e os homens (pequeno comentário a um grande livro)", *António Sardinha e o iberismo*, pp. 11-14. Note-se que já em 1937, Pequito Rebelo se referia a um "iberismo soviético" e a uma "Federação Ibérica Soviética, vasta colónia russa, formidável baluarte avançado da revolução mundial" ("Espanha e Portugal. Unidade e dualidade peninsular", in A. Sardinha, *A Aliança peninsular*, 3ª ed., 1972, p. CXLVIII).

⁽⁴³⁾ Se não há dúvida que Manuel Azaña e sectores da II República espanhola (1931-36) alimentaram o sonho iberista de integrar Portugal no seu espaço político, é contudo extremamente redutor considerar que as oposições ao Estado Novo - e em particular a comunista - eram iberistas. Na verdade, o internacionalismo comunista não era incompatível com uma firme atitude nacionalista, aliás bem patente na historiografia portuguesa mais marcada pelo marxismo.

⁽⁴⁴⁾Franco Nogueira, "Acerca de António Sardinha. Resposta do Dr. Franco Nogueira a Herculano M. da Costa", in *António Sardinha e o iberismo*, p. 75.

entre sectores da direita monárquica espanhola, nos decénios de 1920 e 30: Vasquez de Mella, o marquês de Quintanar, Maeztu, Ballesteros, o conde de Mortera, o marquês de Figueiroa, o marquês de Lozoya, etc. Mas o que decerto motivava o ajuste de contas com a memória do pensamento de Antonio Sardinha eram as relações Portugal/Espanha na conjuntura internacional dos princípios dos decénios de 1970. Desde os anos 60, a persistência das posições coloniais portuguesas já não podia contar com a solidariedade incondicional do regime de Franco, que acabou por resolver, ainda que "a reboque das circunstâncias", os seus problemas em África, com o processo de descolonização da Guiné (1963-68) e a entrega do território de Ifni a Marrocos (1969)⁽⁴⁵⁾.

Pequito Rebelo lamentou a intenção que atribuiu a Franco Nogueira de, "em nome do anti-iberismo", querer destruir "o maior dos anti-iberistas" (Sardinha). Estabelecia um nexos de concordância entre a política externa de Salazar e a política peninsularista preconizada por Sardinha. E sustentava a necessidade de, no plano externo, Portugal desenvolver relações plurilaterais e não o exclusivismo da aliança com a Inglaterra⁽⁴⁶⁾. Ou seja, sugeria que, enquanto ele próprio, Pequito Rebelo, adoptava um ponto de vista "aberto e eclético", o de Franco Nogueira era exclusivista e parcial. Duas conclusões podem retirar-se desta polémica:

1) Num tempo de crise do Estado Novo, em que as grandes controvérsias acerca da questão ibérica já não passavam de uma memória distante, a palavra iberismo continuava a ser instrumentalizada para efeitos políticos, mesmo entre sectores da direita mais conservadora. O que mostra bem até que ponto alguns ideólogos do Salazarismo viviam do receio da absorção espanhola e de um anti-espanholismo primário. Ironia da questão: se Oliveira Martins fora considerado por António Sardinha o grande teórico do iberismo no século XIX, o próprio Sardinha foi considerado por Franco Nogueira o grande teórico do iberismo no século XX - cujas ideias deviam ser combatidas ainda em 1971-72, em nome da prioridade de defesa das colónias portuguesas em África!

⁽⁴⁵⁾Hipólito de la Torre Gómez, "A Espanha nos sistemas internacionais (séculos XIX-XX)", in A. J. Telo e H. de la Torre, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, 2000, pp. 270-272 e César Oliveira, *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, 1995, pp. 158-159.

⁽⁴⁶⁾Pequito Rebelo, "A Aliança Peninsular. Uma polémica indesejável e indesejada", in *António Sardinha e o iberismo*, pp. 144-154.

2) Considerar António Sardinha um defensor da unidade política com a Espanha (como Franco Nogueira insinuava) era, obviamente, deformar a intencionalidade do Autor de *A aliança peninsular*: este tinha deixado claro que hispanismo não se confundia com iberismo. Compreende-se assim a indignação que suscitou nos herdeiros do Integralismo a inusitada crítica do antigo ministro de Negócios Estrangeiros de Salazar. Mas, como deixámos claro, também Sardinha construía uma imagem muito parcial do ideário político e histórico de Oliveira Martins.

Portugal no contexto peninsular: reflexões no século XX

No tempo da I República (e depois), António Sérgio, Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Fidelino de Figueiredo - entre outros intelectuais - seriam muito marcados pela perspectiva peninsular de Oliveira Martins. Todos eles (excepto Almada) consideraram a diversidade de culturas ibéricas nacionais. Todos estavam bem conscientes da necessidade de situar a história e a cultura portuguesas num contexto peninsular. Mas as suas posições são bem diversas.

Desde o decénio de 1890, do lado português o iberismo perdera influência. Se exceptuamos o federalismo ibérico, que mobilizava ainda alguns republicanos, a ideia de união ibérica num sentido unitarista praticamente desaparecera. Evidentemente, a aposta no III Império, com a intensificação das relações económicas com as colónias africanas e a voga da ideologia imperial e colonial que marcou o republicanismo português contribuíra decisivamente para esse declínio do iberismo. Por outro lado, a sua conotação com os velhos fantasmas da fusão e absorção da nação portuguesa só levava aqueles que se sentiam atraídos pelas culturas hispânicas a não valorizarem o velho tópico da união ibérica. A memória negativa da união dinástica de 1580-1640 - uma lenda negra que tivera larga projecção nas campanhas ant-iberistas dos decénios de 1850-1870⁽⁴⁷⁾ - estava ainda bem viva nos universos da divulgação cultural, com destaque para a literatura escolar. Compreende-se assim que o iberismo novecentista se limitasse em Portugal a uma pequena

⁽⁴⁷⁾ Note-se que até os iberistas espanhóis do século XIX, adeptos de uma narrativa liberal da história de Espanha, alimentavam esse olhar muito crítico sobre a monarquia espanhola do séculos XVII, incluindo a união ibérica.

elite mais voltada para uma aproximação cultural com a Espanha ou com as nacionalidades peninsulares, com destaque para a Catalunha e a Galiza. Ou tão-só empenhada em cultivar um olhar peninsular sobre os problemas portugueses, à maneira de Oliveira Martins, e sem quaisquer propósitos de integração política - caso de António Sérgio.

O autor dos *Ensaio*s prolongou a problemática da decadência, que Antero e Oliveira Martins tinham debatido no decénio de 1870. Nos primeiros anos da República, António Sérgio reflectiu sobre esse tópico num âmbito ibérico, valorizando a "educação guerreira" na formação da alma ibérica, responsabilizada pela aversão ao trabalho e o atraso das actividades produtivas⁽⁴⁸⁾. Mais tarde, em 1941, na *Introdução Geográfica* à sua malograda *História de Portugal* (viria a ser apreendida pela censura), na esteira de Oliveira Martins, situou as condições geográficas do território português num âmbito mais amplo, peninsular: "A península Ibérica constitui um todo, dos mais diferenciados e caracterizados; chamaram-lhe já um mundo por si, um mundo de diversidades e contrastes"⁽⁴⁹⁾. O ensaísta estava longe de valorizar a problemática do iberismo, tanto mais que aderiu à teoria política de Herculano sobre a formação da nação portuguesa, rejeitando possíveis factóies étnicos ou geográficos. Tecia fundadas considerações críticas ao determinismo étnico bem como à teoria da individualidade geográfica do território português e ao conceito de fronteiras naturais, ainda então em voga. Se António Sérgio foi muito marcado pela interpretação do percurso histórico nacional de Oliveira Martins, também é verdade que esqueceu parte da ferramenta conceptual que o historiador usara - caso de civilização peninsular e génio peninsular.

O mesmo não sucede com Fernando Pessoa, que escreveu um conjunto de textos políticos do maior interesse sobre a Ibéria e o iberismo, inéditos até 1980⁽⁵⁰⁾. Na verdade, Pessoa retomava de Martins o conceito de *civilização ibérica*, a par da ideia (que também encontramos em António

⁽⁴⁸⁾ António Sérgio, *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, Lisboa, 1914.

⁽⁴⁹⁾ *Idem*, *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, Lisboa, 1973 (1ª ed., 1941), p. 24.

⁽⁵⁰⁾ Foram publicados em *Ultimatum e páginas de sociologia política* (introd. e org. de Joel Serrão, recolha de textos de M^a Isabel Rocheta e Paula Morão), Lisboa, 1980, pp. 159-195.

Sérgio) de que Portugal era uma nação "profundamente cosmopolita" (nisso contrastando com o nacionalismo espanhol). Fazia a apologia da unidade espiritual da Ibéria - que designa de *ibericidade* - por meio de uma federação à escala peninsular. Mas estava bem consciente daquilo que separava Portugal da Espanha, sobretudo o facto de Portugal ser "uma nação unitária, homogénea, tanto quanto é possível sê-lo uma nação que não é uma mera Andorra ou San Marino", enquanto a Espanha é composta de várias nacionalidades⁽⁵¹⁾. Pessoa iberista? O que menos importa em história são os rótulos, sempre redutores da complexidade do pensamento e da vida. Para além disso, nunca se devem tomar à letra os textos do poeta, incluindo os de problemática política. Acrescente-se que Pessoa manteve inéditos todos estes textos (como de resto procedeu com muitos outros). Mas não há dúvida que Pessoa adere à ideia do iberismo catalão, em voga nos primeiros decénios do século XX pelas vozes de intelectuais como Ribera y Rovira, Joan Maragall entre outros⁽⁵²⁾: na península existiriam três grandes nações, a Catalunha, Castela e Portugal/Galiza.

Se a teoria de António Sardinha deixou marcas na cultura política portuguesa do século XX - veja-se, para além da já referida polémica entre Franco Nogueira e os seus críticos integralistas, no decénio de 1950, a revista *Bandarra*⁽⁵³⁾ de Rebordão Navarro - também a conceptualização de Oliveira Martins teve os seus continuadores. Além de Fernando Pessoa, refira-se Almada Negreiros que, em 1935, já no Estado Novo, retomava o tópico da civilização ibérica (rejeitando liminarmente a união ibérica). Aludindo à sua missão histórica, desdobrava-a em dois momentos: um, então já cumprido, o da construção dos impérios coloniais português e espanhol; o outro, de criação do "entendimento" português e espanhol, não apenas na Península Ibérica mas no mundo hispânico⁽⁵⁴⁾. Note-se que

⁽⁵¹⁾ Fernando Pessoa, "A Aliança Ibérica", *idem*, p. 174.

⁽⁵²⁾ Veja-se a este respeito Víctor Martínez-Gil, *El naixement de Viberisme catalanista*, Barcelona, 1997 e *idem*, "A ideia iberista na geração do 'Orpheu'", in *II Portogallo e e mari: un encontro tra culture*, Atti a cura di Maria Luisa Cusati, Nápoles, 1997, pp. 119-137.

⁽⁵³⁾ Cf., por exemplo, "A península sem influências", *Bandarra*, n.º 7, Julho 1953.

⁽⁵⁴⁾ Almada Negreiros, "Portugal no mapa da Europa", *Sudoeste*, n.º 1, Junho 1935, pp. 4-5.

há em Almada ressonâncias da teorização de Sardinha, por exemplo no que respeita à unidade peninsular, a uma única civilização (a ibérica) e à dualidade política Portugal-Espanha.

Por seu lado, Fidelino de Figueiredo, desde cedo muito sugestionado pelo pensamento de Oliveira Martins e pelos conceitos de génio peninsular, civilização ibérica e patriotismo peninsular, desenvolve durante o seu exílio em Espanha (1928-29)⁽⁵⁵⁾ ⁵⁶ reflexões sobre o lugar dos povos peninsulares e as relações entre Portugal e Espanha que prolongam a *História da civilização ibérica*: numa atitude cosmopolita, portugueses e espanhóis deveriam estar abertos àquilo que de melhor outros povos produziram no terreno da civilização material "e corrigir os excessos dessa civilização material com o nosso abundante haver ético e espiritual, com o nosso conceito invencível de independência e dignidade da vida, de familiaridade com o infinito e seus problemas - é talvez o nosso oportuno programa de hoje e o nosso papel do futuro"⁽⁵⁶⁾. Fidelino distanciava-se assim de uma atitude de enraizamento do nacionalismo conservador que dominava as elites nacionais no tempo da Ditadura Militar. No quadro da definição desta missão histórica dos povos peninsulares, compreendem-se assim as reflexões críticas que desenvolve sobre o provincianismo (próximas aliás das de Fernando Pessoa)⁽⁵⁷⁾. Bem como a sua adesão a um conceito de hispanismo que não exclui o reconhecimento de que a não sincronia política e espiritual entre o povo português e o povo espanhol sempre tinha constituído um

⁽⁵⁵⁾Fidelino viu-se obrigado ao exílio na sequência da colaboração que deu a um incipiente movimento militar contra a Ditadura e da fuga da prisão em Luanda, para onde tinha sido degredado. Em Madrid colaborou no periódico *El Debate* (veja-se *Através da Espanha literária* (1928), Rio de Janeiro, 1951) e foi professor de Língua e Literatura Portuguesas na Universidade Central.

⁽⁵⁶⁾Fidelino de Figueiredo, *Notas para um Idearium Português*, Lisboa, 1929, p. 104. Do mesmo autor, veja-se também *As duas Espanhas*, Lisboa, 1932.

⁽⁵⁷⁾"[...] o retiro provinciano não cria homens de espírito cosmopolita, cria provincianos, e os primeiros sintomas do provincianismo fora da sua casa são o deslumbramento, a falta de instinto de medida e proporção, a fácil decepção, a impaciência nostálgica da tabacaria e do club. Ver o mundo através da lente convexa da aldeia pátria e tudo fazer com mira na opinião local é como engarrafar o espírito europeu, é verdadeiramente inverter o sentido desse convívio mais amplo: em vez de internacionalizar o ambiente pátrio, nacionalizar, isto é, minguar o ambiente mundial" (*idem*, pp. 93-94).

"fermento" indispensável no forjar da sua historia. Mais do que isso, Fidelino referia-se ao "perpétuo antagonismo castelhano-português", consciente de que uma unidade política peninsular corresponderia ao fim da diversidade⁽⁵⁸⁾. Admirador da cultura espanhola (como o seu mestre Oliveira Martins), Fidelino de Figueiredo era obviamente contrário a uma união política ibérica.

O nacionalismo conservador do Estado Novo, enraizado numa visão triunfalista do passado nacional, definiu-se, em larga medida, por oposição a Espanha (identificada com Castela), considerada explícita ou implicitamente o grande adversário histórico. O Tratado de Amizade e Não-Agressão (1939) - o chamado Pacto Ibérico, confirmado por Salazar e Franco em Sevilha (1942)⁽⁵⁹⁾ - não alterou, no essencial, aquela atitude de recusa identitária. Limitou-se a estabelecer uma convergência diplomática em tempo de guerra que, do lado português, não modificou uma relação defensiva. As relações económicas e culturais entre as duas nações permaneceram muito escassas durante décadas: ainda em 1971, as exportações espanholas para Portugal não representavam mais de 2,7% do total (embora ultrapassassem as suas congéneres portuguesas em três vezes)⁽⁶⁰⁾. Não se pode todavia esquecer a realidade do contrabando, sempre muito dinâmico entre as populações raianas, em parte reexportando importações estrangeiras a partir de Lisboa e Porto⁽⁶¹⁾. A situação só se alteraria substancialmente após a integração das nações peninsulares na Comunidade Europeia, em 1986. Até aos anos 90, a fronteira continuou a constituir um profundo fosso entre os dois países, atravessando regiões que, do ponto de vista económico, eram (continuam a ser ainda hoje) das mais carenciadas de toda a Península.

⁽⁵⁸⁾ *Idem, Através da Espanha literária (1928)*, Rio de Janeiro, 1951, pp. 8-14.

⁽⁵⁹⁾ Veja-se António J. Telo, "As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)", in *Portugal e a Guerra Civil de Espanha* (coord. de Fernando Rosas), Lisboa, 1998, pp. 137-141 e Luís Bigotte Chorão, "Sobre a génese e significado do Pacto Ibérico", in *Encontros e desencontros ibéricos. Tratados hispano-portugueses desde a Idade Média*, Lisboa/Madrid, 2007, pp. 227-239.

⁽⁶⁰⁾ Eloy Fernandez Clemente, "Problemas y ritmos de la modernización económica peninsular en el siglo XX", *Portugal y España Contemporáneos* (H. de la Torre Gomez Ed.), *Ayer*, vol. 37, 2000, pp. 204 e 213-214.

David Justino, *A formação do espaço económico nacional 1810-1913*, vol. I, Lisboa, s. d., pp. 213-217. Em 1854, as exportações portuguesas para Espanha através dos portos secos não ultrapassavam 8% do total das exportações.

Depois do 25 de Abril de 1974

No último ano do regime de Salazar (1968), Vitorino Magalhães Godinho publicou uma série de artigos em que desenvolvia uma perspectiva comparada entre a evolução demográfica (com destaque para a urbanização) e os entraves ao desenvolvimento económico em Portugal e Espanha⁽⁶²⁾. Retomava assim o ponto de vista de Oliveira Martins e de António Sérgio (na *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*) a que atrás fizemos referência. Os problemas portugueses só se tornavam compreensíveis quando situados na escala peninsular, sem esquecer ainda outros casos europeus. Mas raros autores procediam deste modo nesses anos finais do Estado Novo em que, como vimos, ainda se fazia do rótulo de iberismo um anátema.

No entanto, ao longo do século XX, continuaram a surgir em Portugal manifestações de um iberismo cultural mais ou menos explícito. Já depois de Abril de 1974, é o caso da revista literária *Nova* (1975-76), editada por Herberto Helder, que procura valorizar os nexos entre as línguas portuguesa e castelhana para afirmação de um "nó cultural" entre autores de Portugal, Brasil, ex-colónias portuguesas, Espanha e América Hispânica; das expressões espirituais e afectivas de Miguel Torga, em diversos passos da sua obra de poeta e prosador, com destaque para o seu *Diário*⁽⁶³⁾; ou, já após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, de um ensaio de Natália Correia em que numa linguagem poética se acentuam as afinidades históricas e culturais entre Portugal e Castela, esquecendo as outras nacionalidades ibéricas⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶²⁾Artigos publicados no *Diário de Lisboa*, de Dezembro de 1967 a Julho de 1970, depois retomados em *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, 1971. Magalhães Godinho adoptara já essa perspectiva em *O socialismo e o futuro da península*, Lisboa, 1969 (veja-se a 3ª edição ampliada, de 1970, sobretudo as pp. 135-147 em que procede a uma comparação histórica entre Portugal e Espanha) e, mais recentemente, em *Portugal, a emergência de uma nação*, Lisboa, 2004.

⁽⁶³⁾Cf., por exemplo, Miguel Torga, *Diário XV*, Coimbra, 1990, p. 133. Veja-se a este respeito, Eloísa Álvarez, "Iberismo, hispanismo e hispanofilia em Portugal en la última década", *Revista de Historic das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 381-387.

⁽⁶⁴⁾Natália Correia, *Somos todos hispanos*, Lisboa, 1988.

Após a integração de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia em 1986, o termo iberismo tem vindo a adquirir novos significados, tendendo a distanciar-se das querelas políticas nacionalistas do século XIX - a tão falada questão ibérica. Em Abril de 2006, o ministro português das Obras Públicas, discursando em Santiago de Compostela acerca da política de transportes e comunicações entre os dois países, confessou-se, nessa matéria, um iberista convicto⁽⁶⁵⁾. Posição que logo foi asperamente criticada pelas oposições, da extrema-direita à esquerda, bem como por diversos comentadores, na imprensa periódica, na televisão e na Internet. Houve até quem dissesse que a palavra iberismo não faz parte do léxico político da língua portuguesa. E em Novembro do mesmo ano, um grupo de cidadãos que incluía vários oficiais na reforma entregaram ao Procurador-Geral da República uma queixa contra o referido ministro⁽⁶⁶⁾. O que mostra como os velhos fantasmas hispanofóbicos permanecem vivos entre as elites intelectuais e políticas portuguesas.

Mas, por outro lado, muito tem mudado no modo como os Portugueses vêem a Espanha. Há indícios de que assim seja: é hoje pacífica nos meios de comunicação social a alusão ao "mercado ibérico" ou até, num recente encontro de escritores ibero-americanos na Póvoa de Varzim, em 2006 - *Correntes da Escrita* - a referência a uma "grande Ibéria" literária. As relações entre as duas nações - do comércio⁽⁶⁷⁾ e finanças aos transportes, comunicações e turismo, passando pela cultura e ciência - têm-se intensificado extraordinariamente. No que respeita ao comércio externo, se em 1960 as exportações portuguesas para Espanha não representavam mais de 1% do total (contra 0,9% das exportações espanholas dirigidas para Portugal), em 2000 tais valores já tinham alcançado 19,3% e 23,4%⁽⁶⁸⁾. Não menos significativos são os números relativos aos fluxos financeiros entre os dois países: de 1990 a 2001,

⁽⁶⁵⁾"Las infraestructuras del Noroeste Peninsular. Un politico portugués que se declara 'iberista confeso'", *Faro de Vigo*, 27-04-2006.

⁽⁶⁶⁾ "Queixa na Procuradoria contra ministro Mário Lino por defender iberismo", *Público*, 9-11-2006.

⁽⁶⁷⁾Veja-se Sérgio Nunes, "O comércio intra-ibérico: 1967-2000" e Francisco Mendes, "Indicadores económicos de Portugal e Espanha", *Janus 2003. Anuário de relações exteriores*, Lisboa, 2002, pp. 20-23.

⁽⁶⁸⁾Francisco Mendes, "Indicadores económicos de Portugal e Espanha", *Janus 2003. Anuario de relações exteriores*, Lisboa, 2002, pp. 22.

ci Espanha terá aplicado cerca de 23,2% do seu Investimento Directo total em Portugal. Enquanto, no mesmo período, o IDE (investimento directo) português em Espanha terá representado 13,4% do total⁽⁶⁹⁾. Em 2000, já havia em Portugal mais de 3000 empresas espanholas, enquanto as empresas portuguesas em Espanha já ultrapassavam o número de 400⁽⁷⁰⁾. Se estes índices revelam a progressiva integração das economias peninsulares, por outro lado, permitem compreender tensões que estão longe de desaparecer com a crescente aproximação entre nações que, no passado viveram, como banalmente se dizia, de costas voltadas.

Na verdade, receios de perda de soberania, por via de um dinâmico investimento de bancos e empresas espanholas em Portugal, acentuaram-se no decénio de 1990 e nos anos seguintes. A integração das economias peninsulares num grande mercado ibérico suscitou reacções nacionalistas e proteccionistas da parte de meios políticos e empresariais portugueses. Desenvolveu-se um debate acerca da modernização da economia portuguesa, com diversas vozes a sustentarem a necessidade de se manterem sectores nacionais de decisão estratégica. Recentemente, uma sondagem divulgada pelo semanário *Sol* dava conta que cerca de 28% dos Portugueses seriam favoráveis a uma união política com a Espanha, por razões de ordem económica. Enquanto numa outra sondagem, cerca de 46% dos espanhóis veria com bons olhos a união com Portugal⁽⁷¹⁾.

Têm-se problematizado não só as experiências históricas nacionais de Portugal e Espanha, mas também a diferença da Península Ibérica, a sua longa experiência de fronteira europeia e atlântica, o seu imaginário⁽⁷²⁾. Apesar do ressurgimento aqui e ali dos velhos medos de assimilação na Espanha (esquecendo que a própria Espanha é um complexo de nacionalidades e culturas bem diversas), deve admitir-se que tem vindo a afirmar-se um novo conceito de iberismo, fundado numa dimensão

widem, p. 23.

⁽⁷⁰⁾Sebastián Royo e Paul Christopher Manuel, "Introdução", in *Portugal, Espanha e a integração Europeia. Um balanço* (org. de S. Royo), Lisboa, 2005, p. 43.

⁽⁷¹⁾Veja-se a este respeito o comentário de António José Teixeira, "Iberismo", *Diário de Notícias*, 2-10-2006 e Carolina Martin e Pedro Corro, "La Iberia deseada...", *Tiempo de Hoy* (www.tiempodehoy.com), 16-10-2006.

⁽⁷²⁾Fernando Rodríguez de la Flor, "Iberismo hoy: posiberismo", *Territorios e culturas ibéricas* (coord. de Rui Jacinto e V. Bento), Porto, 2005, pp. 258-260.

cultural. E há quem fale de pós-iberismo para designar a ideia da própria impossibilidade em que se desenvolveu o iberismo no passado⁽⁷³⁾.

A concluir, importa colocar uma questão central: foi o iberismo um nacionalismo? No século XIX, não há dúvida que pretendeu sê-lo. Envolveu diversas doutrinas políticas - unitarista ou federalista - e intentou constituir-se, todavia sem sucesso, em movimento político e social. Procurou mobilizar a opinião pública por meio do associativismo, da imprensa periódica, do panfleto, em suma, da propaganda política. A partir do final de Oitocentos, a afirmação do nacionalismo republicano e do seu projecto de III Império contribuiu decisivamente para dessorar os laivos de iberismo federalista que ainda se manifestaram, por exemplo, no Congresso de Badajoz (1893). A ocasional voga de intenções iberistas em Espanha durante a I República portuguesa e, posteriormente, em círculos da Falange contribuíram para estimular o nacionalismo português - quer o nacionalismo liberal quer o conservador e exclusivista do Estado Novo.

Ao longo do século XX a ideia iberista esbateu-se, refluindo para o plano cultural e espiritual. É certo que continuou viva uma corrente de longa tradição política em Portugal, que sustentava a prioridade de uma aliança externa com a Espanha, alternativa à aliança inglesa. Cremos todavia incorrecto identificar-se esta posição com a dos iberistas (unitaristas ou federalistas) do século XIX, esses sim, de um modo ou de outro, adeptos de uma integração política no espaço peninsular. Pode pois dizer-se que o iberismo cultural novecentista não constituiu um nacionalismo, na medida em que não andou associado a um movimento político influente. É verdade que se traduziu numa viva atracção pelas culturas ibéricas, com destaque para as literaturas castelhana e catalã. Mas não se deteve na definição de uma doutrina política acerca do Estado

⁽⁷³⁾Um exemplo do uso de um novo conceito de iberismo em António Pedro Vicente, "Iberismo e peninsularismo", in *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no séc. XX*, Lisboa, 2003, pp. 217-218. Diversos autores têm chamado a atenção para a dimensão utópica do iberismo, manifesta, por exemplo, numa certa nostalgia da grandeza perdida. O Ibérico foi também entendido como atitude de resistência à Europa, às potências hegemónicas europeias (Ortega y Gasset) de "fronteira medidora de mundos diversos". Fernando Rodríguez de la Flor, *ob. cit.*, p. 254 e 259.

nem tão-pouco levou à formação de movimentos ou associações políticas dotados de influência social significativa.

Seja como for, convirá sempre, no passado e no presente, distinguir um iberismo político (que pode assumir várias formas) de um iberismo cultural - a intenção de promover as relações culturais e científicas entre as nações peninsulares -, do propósito de desenvolver as relações económicas no sentido de uma maior integração das economias dos dois países e ainda da mera intenção de aproximação e convergência diplomática entre os dois estados peninsulares na Europa e no mundo. Condição necessária mas não suficiente para que se possa evitar o risco da simplificação, quando não da intromissão de preconceitos ideológicos num terreno, ainda hoje, sujeito a manipulações propagandísticas ao sabor das circunstâncias.